

ÁGUAS DO DOURO E PAIVA, S.A.

CONCURSO PÚBLICO

PROC-DP-18/2025 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO  
COMPLETA DE ACIONAMENTOS ABB

CADERNO DE ENCARGOS

# CLÁUSULAS GERAIS

## Capítulo I - Disposições Gerais

### Cláusula 1.<sup>a</sup>

#### (Objeto)

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços para manutenção preventiva e corretiva de acionamentos de marca ABB, pela **Águas do Douro e Paiva, S.A.**, adiante, abreviadamente, designada por **AdDP**.

2. A referência à marca do acionamento integra-se na faculdade excecional prevista no n.º 8 do artigo 49.º do Código dos Contratos Públicos.

### Cláusula 2.<sup>a</sup>

#### (Contrato)

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c) O presente caderno de encargos;
- d) A proposta do Adjudicatário;
- e) Os esclarecimentos prestados pelo Adjudicatário relativamente à sua proposta.

3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

5. O estabelecimento, na proposta, de termos ou condições não admitidas por este caderno de encargos e que não tenham sido detetados em fase pré-contratual consideram-se, para efeitos de execução do contrato, como não escritos e de nenhum efeito.

### Cláusula 3.<sup>a</sup>

#### (Preço base)

O preço base do procedimento, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 47.º, n.º I do Código dos Contratos Públicos, é de 72.000,00 EUR (setenta e dois mil euros), não incluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado, fixando-se o preço base de 24.000,00 EUR (vinte e quatro mil euros) para o período de execução contratual de I (um) ano, considerando-se, sucessivamente, o mesmo preço base para os períodos de renovação, a existirem.

### Cláusula 4.<sup>a</sup>

#### (Prazo)

1. O contrato mantém-se em vigor pelo prazo necessário a assegurar os serviços que constituem o objeto do contrato pelo período correspondente a I (um) **ANO** a contar da data nele a fixar.

2. O contrato pode ser renovado até 2 (duas) vezes, por iguais períodos de tempo perfazendo o período máximo de vigência de 3 (três) anos.

3. A intenção de renovação operada pelo decurso do prazo será comunicada, por escrito, pela AdDP ao Adjudicatário, com a antecedência mínima de até 30 (trinta) dias antes do termo do prazo inicial ou da renovação a que respeite.

4. Não obstante os números anteriores, qualquer uma das partes pode denunciar o contrato para a data do termo do prazo inicial ou do termo da renovação em curso, comunicando à outra, por escrito, a vontade de não o renovar, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias para a entidade adjudicante, e de 90 (noventa) dias para o Adjudicatário.

5. A(s) renovação(ões) do contrato fica(m) condicionada(s) à prestação de nova caução, se exigida no procedimento, e nos termos em que o foi para o período de vigência inicial, a qual terá por referência o preço contratual de cada um dos períodos de vigência.

## Capítulo II - Obrigações contratuais

### Secção I - Obrigações do Adjudicatário

#### Subsecção I – Disposições Gerais

### Cláusula 5.<sup>a</sup>

#### (Obrigações principais do Adjudicatário)

I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Adjudicatário, as seguintes obrigações principais:

a) A manutenção preventiva dos equipamentos identificados no **Anexo I** a este caderno de encargos, de acordo com as especificações dos fabricantes dos equipamentos objeto do contrato a celebrar e os requisitos de segurança aplicáveis.

a.1) O plano de manutenção preventiva, baseado nas especificações do fabricante, deverá ser proposto pelo Adjudicatário no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a data de início de vigência do contrato.

a.2) O plano de manutenção preventiva deverá englobar os seguintes serviços, ainda que enumerados de forma não exaustiva:

- Manutenção preventiva aos variadores de frequência de acordo com o as especificações do fabricante;
- Inspeções anuais com substituição de componentes e limpeza geral do equipamento;
- Reaperto de todos os terminais de controlo e potência;
- Verificação e inspeção de toda a cablagem, cartas eletrónicas e unidades de ventilação;
- Obtenção de cópia do *backup* dos parâmetros dos equipamentos;
- Elaboração do respetivo relatório da inspeção realizada;
- Ensaaios funcionais;

b) A manutenção corretiva dos equipamentos identificados no **Anexo I** a este caderno de encargos, conforme com as especificações do fabricante dos equipamentos objeto do contrato a celebrar e os requisitos de segurança aplicáveis, mediante solicitação prévia da AdDP e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após comunicação de qualquer avaria depois de esgotados os meios de diagnóstico e assistência telemática.

b.1) Considera-se manutenção corretiva dos equipamentos, todos os serviços de carácter não urgente, passíveis de programação prévia. Estas intervenções serão efetuadas pelo Adjudicatário mediante solicitação do gestor do contrato da AdDP, tendo em conta as necessidades do equipamento instalado, devidamente enquadradas com o manual de manutenção dos equipamentos;

b.2) Os serviços de manutenção corretiva dos acionamentos consistem, essencialmente, na execução das seguintes tarefas:

- ✓ a desmontagem dos principais órgãos da máquina para deteção dos componentes avariados;
- ✓ a identificação das causas da avaria;

- ✓ a elaboração de relatório de intervenção com menção dos tempos gastos e dos componentes a substituir;
  - ✓ a substituição dos componentes danificados e colocação em serviço do acionamento.
- c) o fornecimento de peças, acessórios e materiais necessários à execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva objeto do contrato a celebrar, nomeadamente, blocos de potência, tirístores, contadores, condensadores, fibras óticas, módulos de controlo, interfaces, entre outros.
- d) a elaboração de estudos de diagnóstico a partir do histórico e dos sintomas mais importantes de cada equipamento;
- e) o fornecimento de informações, elementos e sugestões que se considerem úteis para a melhoria da política de manutenção dos equipamentos e das atividades com estas conexas.
2. O Adjudicatário é responsável perante a AdDP por qualquer defeito ou discrepância dos serviços prestados no âmbito do contrato.
3. Constitui, ainda, obrigação do Adjudicatário afetar à execução do contrato a equipa técnica com os requisitos mínimos previstos na Cláusula 10.<sup>a</sup> do Caderno de Encargos.
4. Os encargos associados à deslocação dos técnicos do Adjudicatário, nos termos do número anterior, estão incluídos no preço da proposta apresentada.
5. Constitui encargo do Adjudicatário o transporte ou o envio dos materiais, assumindo os riscos inerentes ao serviço, nomeadamente, eventuais reparações provocadas por avarias ou acidentes e danos provocados a terceiros.
6. Na prestação de serviços objeto do presente contrato o Adjudicatário obriga-se a cumprir com todos os requisitos legais exigidos no âmbito da segurança e saúde, bem como as normas de segurança internas da AdDP.

#### Cláusula 6.<sup>a</sup>

##### (Obrigações complementares)

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, neste caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Adjudicatário, as seguintes obrigações gerais:

- a) Executar os serviços que integram o objeto do contrato tal como descrito neste caderno de encargos, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
- b) Cumprir as condições fixadas para a execução dos serviços, tendo em conta todos as especificações e requisitos técnicos indicados na cláusula anterior e nos termos da legislação aplicável;
- c) Cumprir a legislação em vigor em todas as suas vertentes e dimensões.

- d) Sujeitar-se à ação fiscalizadora da AdDP;
- e) Prestar as informações que forem solicitadas pela AdDP;
- f) Afetar ao cumprimento da sua prestação contratual todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à perfeita, tempestiva e completa execução da prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
- g) Disponibilizar o número suficiente de técnicos com qualificação técnico-científica adequada, de forma a garantir uma correta prestação do serviço.

### Cláusula 7.ª

#### (Local e forma da prestação de serviços)

1. Os serviços serão prestados nas infraestruturas da AdDP onde se encontram os equipamentos a intervencionar no âmbito do objeto do presente contrato, de acordo com as moradas apresentadas no **Anexo I** a este caderno de encargos. Caso a natureza do serviço o justifique, e seja previamente aprovado pela AdDP, podem ser executados em oficina especializada a designar pelo Adjudicatário.

2. O Adjudicatário elaborará e apresentará à AdDP, após cada intervenção, seja ela de que tipo for, um relatório com o resumo do teor das ações corretivas executadas, nele consignando recomendações e necessidade de correção imediata de anomalias verificadas tendo por objetivo o correto funcionamento dos equipamentos.

3. A execução será efetuada conforme os manuais e recomendações dos fabricantes e as diretivas emitidas pela AdDP, bem como de acordo com os regulamentos de Ambiente, Higiene e Segurança em vigor.

4. A AdDP fiscalizará a execução dos serviços e pode mandar suspender os que não estejam a ser realizados segundo as especificações técnicas do contrato ou nas melhores condições de segurança. Mas, nem a sua fiscalização, nem o facto de não ordenar essa suspensão, diminuem a responsabilidade do Adjudicatário na execução do contrato.

5. Pode e deve o Adjudicatário no decorrer da execução do contrato sugerir alterações conducentes a uma otimização dos meios desde que não seja colocada em risco o bom funcionamento e operacionalidade dos equipamentos.

6. A AdDP poderá interromper a intervenção, sem que tal se traduza em aumento de encargos para a AdDP, por motivos de segurança, devido a condições atmosféricas desfavoráveis à realização de determinadas fases do serviço e outros motivos de força maior.

7. Os tempos de resposta e horários para execução dos serviços são os seguintes:

7.1 – A execução dos serviços de manutenção preventiva deve ser efetuada de acordo com o plano proposto nos termos do disposto na Cláusula 5.ª, número 1, a).I, devendo o Adjudicatário

comparecer na instalação no prazo previsto, salvo impedimento de força maior, devidamente justificado.

7.2 – A execução dos serviços de manutenção corretiva deverá ser iniciada mediante solicitação da AdDP, devendo o Adjudicatário comparecer na instalação, depois de esgotados os meios de diagnóstico e assistência telemática, no prazo máximo de até dois dias úteis após comunicação prévia pela AdDP por um dos meios mais céleres disponíveis, telefone, mensagem, e-mail, fax, salvo impedimento de força maior, devidamente justificado.

7.3 – O horário para a execução, pelo Adjudicatário, dos serviços de manutenção corretiva, a prestar nas instalações da AdDP será combinado entre as partes, de acordo com a disponibilidade operacional das instalações e dos equipamentos.

7.4 – As reparações urgentes poderão ter de ocorrer nas instalações da AdDP em dias não úteis e feriados.

#### **Cláusula 8.<sup>a</sup>**

##### **(Fornecimento de peças e materiais)**

1. Todas as peças e materiais a fornecer no âmbito deste contrato pelo Adjudicatário deverão ser novas e estar identificados com o código/referência dos fabricantes originais dos equipamentos de forma a fazer prova do seu carácter genuíno.

2. O Adjudicatário fornecerá as peças e materiais no âmbito da manutenção preventiva e corretiva, de acordo com o estipulado na Cláusula 5.<sup>a</sup>.

3. O preço a pagar pelas peças, acessórios e materiais a aplicar na prestação de serviços está incluído no preço da proposta adjudicada pela AdDP.

4. Quando os serviços forem executados nas instalações da AdDP, o registo dos materiais empregues será efetuado em ficha própria, a rubricar por ambas as partes.

#### **Cláusula 9.<sup>a</sup>**

##### **(Guarda Temporária de Materiais)**

1. O Adjudicatário será o único responsável pelos equipamentos e materiais abrangendo perdas, furtos, roubos, deteriorações e aplicações indevidas, enquanto não forem entregues à AdDP.

2. O Adjudicatário será, também, responsável pela armazenagem das ferramentas a seu cargo, aquando das intervenções nas instalações da AdDP.

#### **Cláusula 10.<sup>a</sup>**

##### **(Equipa técnica a afetar ao contrato)**

1. O Adjudicatário compromete-se a afetar à prestação de serviços uma equipa técnica com experiência profissional mínima de 5 (cinco) anos na realização de tarefas de natureza idêntica às que são objeto do presente Caderno de Encargos.

2. O(s) técnico(s) deve(m) possuir formação profissional com duração total nunca inferior a 80 horas, que comprove a aptidão do(s) mesmo(s) para a realização dos serviços objeto do presente Caderno de Encargos. Os comprovativos de formação devem ser emitidos por entidade certificada para formação profissional, ou pelo fabricante dos acionamentos ou pelo seu representante oficial, devidamente reconhecido como tal.

#### Cláusula 11.<sup>a</sup>

##### (Transferência da propriedade)

1. Os elementos apresentados pelo Adjudicatário ao abrigo do contrato passam a integrar a propriedade da **AdDP**, incluindo os direitos autorais sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar.

2. Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente caderno de encargos.

#### Cláusula 12.<sup>a</sup>

##### (Conformidade e garantia técnica)

O Adjudicatário fica sujeito supletivamente e com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à **AdDP** durante a execução do contrato, às exigências legais, obrigações do Adjudicatário e prazos aplicáveis ao regime de aquisição de bens móveis, previsto nos termos do Código do Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

#### Subsecção II - Dever de sigilo

#### Cláusula 13.<sup>a</sup>

##### (Objeto do dever de sigilo)

1. O Adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à **AdDP**, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, durante o prazo de dois anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Adjudicatário ou que este

seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

## Secção II - Obrigações da AdDP

### Cláusula 14.<sup>a</sup>

#### (Preço contratual)

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a **AdDP** deve pagar ao Adjudicatário o valor da proposta, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2. O preço referido nos números anteriores inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à **AdDP**, nomeadamente os relativos aos meios humanos e materiais, alimentação, transporte, armazenamento e manutenção, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

3. Não haverá lugar à revisão de preços.

### Cláusula 15.<sup>a</sup>

#### (Condições de pagamento)

1. As quantias devidas pela **AdDP**, nos termos da cláusula anterior, serão pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção das respetivas faturas, as quais serão emitidas com periodicidade semestral, e após a validação por parte da AdDP da boa execução dos serviços e da emissão dos relatórios de manutenção, previstos no número 2 da Cláusula 7.<sup>a</sup>, e respetivos documentos associados.

2. A faturas são emitidas, pelo Adjudicatário em formato eletrónico nos termos do n.º 1 do artigo 299.º-B do CCP, e com a informação complementar a fornecer oportunamente pela Entidade Adjudicante e os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados.

3. Para efeitos do número anterior, as faturas eletrónicas a emitir pelo Adjudicatário deverão ser enviadas para o Portal FE-AP, de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa “eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.”.

4. Caso o Adjudicatário não tenha ainda aderido a este Portal deve efetuar os seguintes passos:

a) Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em

<https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab;>

b) Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores

<https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx#maintab1>;

c) Preencher o formulário de adesão: [https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP\\_CIU5](https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIU5);

5. Em caso de incumprimento da periodicidade da faturação resultante de facto não imputável à Entidade Adjudicante, não acrescem ao montante faturado quaisquer juros de mora.

6. A emissão de segundas vias das faturas solicitada pela Entidade Adjudicante não será objeto de qualquer cobrança adicional.

7. Em caso de discordância por parte da AdDP, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

8. A falta de pagamento dos valores contestados pelo contraente público não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do adjudicatário, devendo, no entanto, o contraente público proceder ao pagamento da importância não contestada.

9. Desde que devidamente emitidas, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo adjudicatário.

10. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao adjudicatário serão automaticamente suspensos por igual período.

### **Cláusula 16.<sup>a</sup>**

#### **(Erros e omissões)**

1. O Adjudicatário suporta metade do valor dos trabalhos complementares de suprimento de erros e omissões cuja deteção era exigível na fase de formação do contrato, nos termos do artigo 50.º do CCP, exceto pelos que hajam sido nessa fase identificados pelos interessados mas não tenham sido expressamente aceites pela AdDP.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o Adjudicatário deve, no prazo de 60 dias contados da data de início de efeitos do contrato, reclamar sobre a existência de erros ou omissões só detetáveis nesse momento, sob pena de ser responsável por suportar metade do valor dos trabalhos complementares de suprimento desses erros e omissões.

3. O Adjudicatário suporta ainda metade do valor dos trabalhos complementares de suprimento de erros e omissões que, não sendo exigível que tivessem sido detetados nem na fase de formação do contrato nem no prazo a que se refere o número anterior, também não tenham sido por ele identificados no prazo de 30 dias a contar da data em que lhe fosse exigível a sua deteção.

4. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, caso os erros ou omissões decorram do incumprimento de obrigações de conceção assumidas por terceiros perante a AdDP:

- a) Deve a AdDP exercer obrigatoriamente o direito que lhe assista de ser indemnizado por parte destes terceiros;
- b) Fica o Adjudicatário sub-rogado no direito de indemnização que assiste à AdDP perante esses terceiros até ao limite do montante que deva ser por si suportado em virtude do disposto dos n.ºs 1, 2 e 3 da presente Cláusula.

#### Cláusula 17.<sup>a</sup>

##### (Acompanhamento e controlo do contrato)

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor ou gestor do contrato designado pela entidade adjudicante.

2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo adjudicatário, para o que poderá requerer ao Adjudicatário reuniões de acompanhamento à execução do mesmo.

3. Caso o gestor do contrato detete quaisquer desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, encontra-se habilitado a determinar ao adjudicatário que adote as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.

#### Cláusula 18.<sup>a</sup>

##### (Seguros e Encargos Sociais)

###### 1. Seguro de Responsabilidade Civil

a) O Adjudicatário subscreverá em seu próprio nome e de todos os eventuais contratados e trabalhadores independentes, uma apólice de seguro onde esteja prevista a indemnização, em caso de sinistro, as perdas e/ou danos de carácter patrimonial e não patrimonial, causados a terceiros em geral e à AdDP em particular, em consequência da execução da presente prestação de serviços, cuja responsabilidade civil legal de natureza extracontratual pelo dano causado seja imputável a qualquer das entidades seguras na apólice, por si isoladamente ou de forma solidária;

b) O seguro de responsabilidade civil deve garantir a cobertura dos riscos e danos direta ou indiretamente emergentes da sua atuação no valor mínimo de 250.000,00 EUR (duzentos e cinquenta mil euros), por sinistro e anuidade.

###### 2. Seguro de Acidentes de Trabalho

a) O Adjudicatário ficará responsável pelo pagamento de todos os encargos sociais estabelecidos na lei a todo o seu pessoal.

b) O Adjudicatário obriga-se a efetuar apólices de seguro que cobrirão acidentes de trabalho e doenças profissionais, bem como a mantê-las válidas até à conclusão do contrato, nos termos da legislação em vigor.

3. O Adjudicatário obriga-se ainda a segurar os meios de transporte que sejam empregues na

Aquisição de serviço, bem como todas as pessoas nelas transportadas na qualidade de passageiros, seja quem for, estas últimas, com valor ilimitado de responsabilidade civil.

4. Os encargos referentes aos seguros impostos por este Caderno de Encargos, bem como qualquer dedução efetuada pela Seguradora a título de franquia, em caso de sinistro indemnizável, serão por conta do Adjudicatário.

5. A AdDP pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos na presente cláusula, devendo o Adjudicatário fornecê-la no prazo 5 (cinco) dias.

## Capítulo III – Sanções contratuais e resolução

### Cláusula 19.<sup>a</sup>

#### (Penalidades contratuais)

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a AdDP pode exigir do Adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, que pode ser cumulada com outras cujos pressupostos se mostrem verificados, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a) Pelo incumprimento na realização de algum dos serviços indicados na alínea a) do número 1 da cláusula 5.<sup>a</sup> deste caderno de encargos, de até 2% do preço contratual por cada semana de atraso na realização da respetiva intervenção;
- b) Pelo incumprimento do prazo indicado no ponto 7.2 da cláusula 7.<sup>a</sup> deste caderno de encargos, de até 3% do preço contratual por cada semana de atraso na realização da respetiva intervenção;
- c) Pela utilização de peças que não cumprem com o n.º 1 da cláusula 8.<sup>a</sup> deste caderno de encargos, de até 5% do preço contratual, por cada semana de atraso na sua substituição.

2. Os valores das sanções previstas nos números anteriores são cumulativas, mas limitadas nos termos dos artigos 329.º, n.ºs 2 e 3, do CCP.

3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Adjudicatário ao abrigo das alíneas previstas no n.º 1, que tenham determinado a respetiva resolução.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a AdDP tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Adjudicatário e as consequências do incumprimento.

5. A AdDP pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula, sem prejuízo da possibilidade, alternativa ou combinada, do acionamento das garantias prestadas.

#### Cláusula 20.<sup>a</sup>

##### (Força maior)

1. Não podem ser impostas penalidades ao Adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros;
- h) Outros eventos imprevisíveis ou irresistíveis, tais como, epidemias, radiações atómicas, raio, ciclones, tremores de terra ou outros cataclismos naturais, avaria de máquinas, interrupção das vias de comunicação, atrasos na concessão de

aprovações ou autorizações por parte de entidades oficiais, impedimentos impostos por disposições legais nacionais ou internacionais, interrupções na cadeia de abastecimento em consequência da crise mundial de escassez de componentes.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### Cláusula 21.<sup>a</sup>

##### (Resolução por parte da AdDP)

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a **AdDP** pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Incumprimento, cumprimento deficiente ou mora no cumprimento de alguma das obrigações compreendidas no presente contrato e que coloquem em crise o normal e adequado funcionamento da instalação;
- b) Declaração do Adjudicatário em que não cumprirá alguma obrigação inscrita no presente caderno de encargos e da qual resulte perda do interesse da **AdDP** na prestação contratual.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela **AdDP**.

#### Cláusula 22.<sup>a</sup>

##### (Incumprimento imputável à AdDP)

Se a **AdDP** praticar ou der causa a facto de onde resulte maior dificuldade na execução do contrato, com agravamento dos encargos respetivos, o Adjudicatário tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do contrato, nos termos e com os efeitos do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 354.º do CCP, que constitui disciplina do presente caderno de encargos.

#### Cláusula 23.<sup>a</sup>

##### (Responsabilidades)

O Adjudicatário é responsável por todos os danos causados às e nas instalações da **AdDP**, a título culposo ou objetivo, que resultem causalmente da sua prestação contratual, ficando constituído na obrigação de indemnizar.

## Capítulo IV - Resolução de litígios

### Cláusula 24.<sup>a</sup>

#### (Foro competente)

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

## Capítulo V - Disposições Finais

### Cláusula 25.<sup>a</sup>

#### (Regulamentos dos fornecedores)

O Regulamento dos Fornecedoros da AdDP disponível no site da AdDP <http://www.addp.pt> deverá ser integralmente cumprido. Neste Regulamento consta a documentação que deverá ser apresentada, antes de início dos trabalhos e na sua execução.

### Cláusula 26.<sup>a</sup>

#### (Cessão da posição contratual e Subcontratação)

A **ADJUDICATÁRIA** não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem prévia autorização escrita da **AdDP** e, desde que não se verifique algum dos impedimentos previstos no artigo 317.º e se cumpram os requisitos previstos no artigo 318.º, ambos do Código dos Contratos Públicos.

### Cláusula 27.<sup>a</sup>

#### (Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante)

1. Verificando-se o incumprimento do Adjudicatário das suas obrigações assumidas com a celebração do contrato, que preencham os requisitos da resolução do mesmo, a **AdDP** pode, em alternativa à resolução do contrato, ordenar a cedência da posição contratual do Adjudicatário, ao(s) concorrente(s) do procedimento pré-contratual que precedeu a celebração do contrato, pela ordem sequencial do citado procedimento.

2. Para o efeito previsto na parte final do número anterior, a **AdDP** interpela, gradual e sequencialmente, os concorrentes que participaram no procedimento pré-contratual original, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato para a adjudicação da conclusão do contrato.

3. A execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré-contratual original.

4. A cessão da posição contratual opera por mero efeito de ato da AdDP, sendo eficaz a partir da data por esta indicada.

5. Os direitos e obrigações do Adjudicatário, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato referido na cláusula anterior, transmitem-se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor.

6. As obrigações assumidas pelo Adjudicatário cedente depois da notificação referida no número 4 apenas vinculam a entidade cessionária quando esta assim o declare, após a cessão.

7. A caução e as garantias prestadas pelo Adjudicatário cedente para a execução do contrato são objeto de redução na proporção do valor das prestações efetivamente executadas e são liberadas seis meses após a data da cessão, ou, no caso de existirem obrigações de garantia, após o final dos respetivos prazos, mediante comunicação dirigida pela AdDP aos respetivos depositários ou emitentes.

8. A posição contratual do Adjudicatário cedente nos subcontratos por si celebrados transmite-se automaticamente para a entidade cessionária, salvo em caso de recusa por parte desta.

#### **Cláusula 28.<sup>a</sup>**

##### **(Comunicações e notificações)**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

#### **Cláusula 29.<sup>a</sup>**

##### **(Tratamento de dados pessoais)**

1. No caso de o adjudicatário necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções do contraente público, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.

2. O adjudicatário não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.

3. O adjudicatário deve cumprir rigorosamente as instruções do contraente público no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.

4. O adjudicatário deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição acidental ou ilícita, perda acidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.

5. O adjudicatário deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pelo contraente público, ou por quem atue em representação deste.

6. O adjudicatário deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente contrato e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, sendo o adjudicatário responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.

7. Mediante solicitação escrita do contraente público, o adjudicatário deve, no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.

8. O adjudicatário deve comunicar de imediato ao contraente público quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.

9. O adjudicatário encontra-se adstrito a notificar de imediato o contraente público de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.

10. Se o adjudicatário tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição acidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar, por escrito, o contraente público disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-o das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecer-lhe qualquer outra informação que o contraente público possa razoavelmente solicitar.

11. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao adjudicatário, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para o contraente público:

a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;

b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e

c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.

12. O adjudicatário obriga-se a ressarcir o contraente público por todos os prejuízos em que este venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.

13. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do adjudicatário e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do adjudicatário é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pelo contraente público, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

#### Cláusula 30.<sup>a</sup>

##### (Conservação de dados pessoais)

1. O adjudicatário deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a um ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pelo contraente público.

2. Dependendo da opção do contraente público, o adjudicatário apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do Contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

#### Cláusula 31.<sup>a</sup>

##### (Transferência de dados pessoais)

O adjudicatário não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita do contraente público, exceto se o adjudicatário for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, o contraente público antes de proceder a essa transferência.

#### Cláusula 32.<sup>a</sup>

##### (Contagem dos prazos)

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

#### Cláusula 33.<sup>a</sup>

##### (Legislação aplicável)

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

## ANEXO I

De acordo com o n.º I da cláusula 5ª do Caderno de Encargos

EQUIPAMENTOS MARCA ABB					
Acionamento	Modelo	Referência	Local	Qtd	Pot. Motor (kW)
VSD	ACS 800	ACS 800-07-1060-7+A004+B053+F253+F260	EE Lever Montante	2	615